De *Scalabis* a Alba Nova



José Maria Antunes

Missionário e colonizador – uma biografia

José Jorge Munhoz Frade

2022

Dedicatória

Ao meu sogro Nicolau, nascido no Lubango em 1926 e batizado na Missão da Huíla.

À minha sogra Ulda, a minha especialista de *nhaneka*.

À minha esposa Paula e ao nosso filho Nicolau, ambos nascidos na Humpata.

À memória do nosso anjinho Rafael.

Ao querido Tiago, de todos nós muito amado.

Agradecimentos

Grato a meus sogros, pelo privilégio de comigo privarem, pelas suas preciosas memórias e exemplos de vida. À minha família, pois muito do seu precioso tempo foi-me emprestado para que este trabalho fosse possível.

Ao Paulo Jorge Martins, pelas repetidas vezes que me desafiou a escrever, pelas suas memórias e histórias, pelas sugestões bibliográficas, pelo seu amor a Angola. Ao Henrique Vieira, pelo apoio bibliográfico, pelas sugestões e correcções e pelo caloroso prefácio. À Marta Páscoa, pelas dicas e sugestões que ajudaram um amador a encetar uma pesquisa histórica.

Ao Revmo. Superior da Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo e ao Responsável pelo respectivo Arquivo, Sr. Pe. Mónico, pelo acolhimento e disponibilização de bibliografia imprescindível, e ainda ao arquivista *Martin Dejonge*, dos *Archives Générales da Congrégation du Saint Esprit*, que me facultou preciosas fotos, como as que inseri nas páginas 251 e 334.

Aos Escritores Tomás Gavino Coelho, pelo exemplo de resiliência e dedicação à cultura da nossa terra do coração e Jorge Arrimar, que me prestou úteis esclarecimentos sobre os antigos habitantes da Chibia. Ao Jorge Sá Pinto, pela ajuda. À Arquiteta Maria João Teles Grilo, pelo interesse. Ao Naturalista Luis Ceríaco e ao Engenheiro Agrónomo António Martins, pelos esclarecimentos relacionados com aspectos botânicos.

Ao José Manuel de Azevedo, pela sua insuperável contribuição histórica sobre a colonização do sudoeste angolano. Ao Historiador Alberto Oliveira Pinto, pelo apoio. Ao Fernando Pereira, que me disponibilizou obras raras e de difícil acesso. À M. Jardim, pelas referências históricas sobre Mossamedes.

Aos madeirenses, muílas e cuanhamas, pois esta história lhes pertence.

A toda a minha família, a meus amigos, maconginos, pelotenses, camaradas e irmãos de bons costumes, por tudo que me têm dado.

Em memória de meus pais, agradeço-lhes os legados – a ele, o "Zé Munhoz", o atrevido espírito aventureiro, a ela, a Deolinda, o poético bucolismo campestre – sem os quais este livro não aconteceria.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória – *página 1*

Agradecimentos – *página 2*

Índice Geral – *página 3*

Índice de Ilustrações – *página 6*

Siglas utilizadas – *página 6*

Prefácio (por Henrique Vieira) – *página 7*

Introdução – *página 8*

PRIMEIRA PARTE – *página 10*

Capítulo 1 – O Batismo – *página 11*

Capítulo 2 – A infância – *página 12*

Capítulo 3 – O Primeiro Seminário (1868-1870) – *página 14*

Capítulo 4 – Gibraltar (1870-1872) – *página 18*

Capítulo 5 – Langonnet (1872-1878) – *página 20*

Capítulo 6 – Chevilly (1878-1879) – *página 21*

Capítulo 7 – Braga (1879-1881) – *página 22*

SEGUNDA PARTE – Angola (1881-1904) – *página 34*

FALA DO NAMECULUNGO – *página 35*

Capítulo 8 – A bem-sucedida "súplica" ao Rei – *página 37*

Capítulo 9 – Duparquet, Capangombe e Alba Nova – *página 42*

Capítulo 10 – A fixação de brancos no planalto – *página 50*

Capítulo 11 – A Missão da Huíla – *página 54*

Capítulo 12 – Artur de Paiva e *bóers* – *página 58*

Capítulo 13 – Esperanças e dificuldades – *página 63*

Capítulo 14 – Uma quase-crise… – *página 69*

Capítulo 15 – Atividades botânicas – *página 72*

Capítulo 16 – O colonato da Humpata – *página 75*

Capítulo 17 – Apoio aos madeirenses do Lubango – *página 83*

Capítulo 18 – Crescimento dos recursos – *página 90*

Capítulo 19 – Relatório para o Ministro do Ultramar - #1 – *página 93*

Capítulo 20 – Relatório para o Ministro do Ultramar - #2 – *página 100*

Capítulo 21 – Relatório para o Ministro do Ultramar - #3 – *página 105*
Capítulo 22 – Relatório para o Ministro do Ultramar - #4 – *página 108*
Capítulo 23 – A Missão no Parlamento – *página 113*
Capítulo 24 – A "nacionalização" – *página 117*
Capítulo 25 – O banditismo no planalto – *página 121*
Capítulo 26 – Sermão, pessoal e números – *página 125*
Capítulo 27 – Constantes solicitações – *página 130*
Capítulo 28 – O Seminário em 1892 – *página 133*
Capítulo 29 – Igrejas, madeirenses e muílas – *página 137*
Capítulo 30 – As "missões filhas" – *página 140*
Capítulo 31 – A evolução – *página 144*
Capítulo 32 – Requerendo financiamentos – *página 152*
Capítulo 33 – O Plano Estratégico – 1ª parte – *página 158*
Capítulo 34 – O Plano Estratégico – 2ª parte – *página 164*
Capítulo 35 – O perigo alemão – *página 167*
Capítulo 36 – Sucessos do ensino – *página 173*
Capítulo 37 – Progredindo... – *página 175*
Capítulo 38 – Informe para o Vaticano – *página 178*
Capítulo 39 – Preparando uma Concordata – *página 180*
Capítulo 40 – O Cuanhama – *página 182*
Capítulo 41 – Ganhar confiança, entre rebeldias – *página 186*
Capítulo 42 – As côngruas atrasadas... – *página 188*
Capítulo 43 – Proposta de transferência – *página 190*
Capítulo 44 – Cartas botânicas (para Júlio Henriques) – *página 194*
Capítulo 45 – Problemas – *página 199*
Capítulo 46 – A Missão da Quihita – *página 202*
Capítulo 47 – Restrições orçamentais – *página 205*
Capítulo 48 – Seminário Diocesano em bolandas... – *página 209*
Capítulo 49 – Ano novo, nova Missão... – *página 212*
Capítulo 50 – Relatório de 2-2-99 sobre o Seminário – *página 214*
Capítulo 51 – Inundações – *página 217*

Capítulo 52 – Avançando – *página 219*

Capítulo 53 – Incompreensões, realismo e resistência – *página 221*

Capítulo 54 – Lecomte volta à carga – *página 226*

Capítulo 55 – Século XX – *página 230*

Capítulo 56 – Vincando o papel político – *página 235*

Capítulo 57 – Uma petição ao Rei – *página 240*

Capítulo 58 – A revolta do Bailundo – *página 243*

Capítulo 59 – Um Bispo viajante – *página 245*

Capítulo 60 – Antecipando os caminhos de ferro – *página 249*

TERCEIRA PARTE (1904-1920) – *página 251*

Capítulo 61 – Contrastes – *página 252*

Capítulo 62 – Provincial da Congregação – *página 255*

Capítulo 63 – Família – *página 262*

Capítulo 64 – Continuação do banditismo na Huíla – *página 264*

Capítulo 65 – Notícias de um planalto órfão… – *página 270*

Capítulo 66 – Contabilidades, amizades e rivalidades… – *página 273*

Capítulo 67 – Gestão e correspondência – *página 275*

Capítulo 68 – República e Igreja em confronto – *página 277*

Capítulo 69 – Reagindo – *página 290*

Capítulo 70 – Retomando a iniciativa – *página 301*

Capítulo 71 – Destruição *versus* edificação – *página 306*

Capítulo 72 – "Estatização" – *página 309*

Capítulo 73 – A Guerra… – *página 316*

Capítulo 74 – Insistindo corajosamente – *página 318*

Capítulo 75 – Desastre na Flandres; luto de uma família – *página 323*

Capítulo 76 – O trabalho continua – *página 324*

Capítulo 77 – Apelo dramático e sequências – *página 326*

Capítulo 78 – A burla – *página 333*

QUARTA PARTE (1921-1928) – *página 334*

Capítulo 79 – A missão do Cunene – *página 335*

Capítulo 80 – Regresso de Norton de Matos a Angola – *página 338*

Capítulo 81 – O fracasso das missões laicas – *página 343*

Capítulo 82 – No país de Loyola – *página 345*

Capítulo 83 – Reflexões de um velho missionário – *página 349*

Capítulo 84 – Omupanda – *página 353*

Capítulo 85 – Os últimos anos… – *página 360*

Capítulo 86 (Epílogo) – Pelos campos da Alma… – *página 362*

ÍNDICE REMISSIVO – *página 363*

BIBLIOGRAFIA – *página 379*

A – Fontes Manuscritas – *página 379*

B – Cartografia – *página 379*

C – Bibliografia Geral – obras e artigos consultados – *página 380*

D – Outras Fontes Biblio-Iconográficas, digitalizadas – *página 386*

E – Sites visitados – *página 386*

O Dia Da Outra Metade… – *página 388*

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

José Maria Antunes (#1) *frontispício*
Assento de Batismo, Paróquia de São Nicolau *página 10 (1ª Parte)*
Carta da região da Huíla, por Artur de Paiva *página 34 (2ª Parte)*
José Maria Antunes (#2) *página 251 (3ª Parte)*
Colocações e Funções do Padre Antunes *página 334 (4ª Parte)*

Siglas utilizadas

- AHU – Arquivo Histórico Ultramarino
- ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PREFÁCIO

Ao receber esta biografia do Padre José Maria Antunes, ficámos, naturalmente, surpreendidos porque não esperávamos ver a coragem de um grande amigo, da área profissional das ciências médicas, em aventurar-se a pesquisar arquivos, colectâneas, livros e sites, para nos compor uma obra ímpar, de um missionário, cujo trabalho em prol da Fé e da expansão da cultura "civilizacional" europeia, muito contribuiu para o desenvolvimento do sudoeste de Angola.

Foram os trabalhos dos missionários, entre eles Duparquet, Keilling, Lecomte, Bonnefoux, Kieffer, Wunnenburger, Barroso e naturalmente, destacando-se, Antunes, que possibilitaram o lento avançar da fixação dos súbditos portugueses do Lubango e da Chibia, para o sul, em direcção aos Gambos, Humbe e Cuanhama e, após 1915, a ocupação deste último reino.

Importante, em termos de divulgação histórica, toda a correspondência de 1886, inserta nos capítulos dezanove a vinte e dois, bem como a referente ao ano imediato, sobre os trabalhos dos deputados Barros Gomes e Marques de Vilhena, na Câmara dos Deputados.

A divulgação das "Cartas Botânicas", nos capítulos quarenta e quatro e seguintes, refletem o enorme contributo do Padre Antunes para o estudo, classificação e divulgação de espécimes até aí desconhecidas.

Ficámos muito mais ricos com a leitura deste enorme acervo documental que o Dr. José Frade, agora, nos fornece. Ficamos, também, na expectativa, que este trabalho incentive os mais jovens investigadores a embrenharem-se na pesquisa da expansão portuguesa em Angola, a qual, efectivamente, só se concretiza a partir do último quartel do século XIX, uma geração de governantes após a época do reconhecimento da independência do Brasil.

Ao amigo José Frade um grato reconhecimento por nos ter convidado a prefaciar este importantíssimo trabalho bibliográfico do Padre José Maria Antunes.

Um "estamos juntos" do Henrique Vieira.

Faro, julho de 2021

Introdução

Nos setenta e dois anos em que decorre a ação que aqui se descreve, sucederam-se contextos geopolíticos complexos e certas instabilidades na Nação portuguesa, na transição dos séculos XIX-XX. Mais do que uma investigação histórica, este livro assume-se antes como uma biografia, ficcionada quanto baste, interpretativa de factos e circunstâncias, presumindo a ótica subjetiva de um protagonista notável numa época e locais conturbados.

Os "zigue-zagues" das relações diplomáticas entre Portugal e o Vaticano, as disputas imperialistas dos países europeus, marcaram o contexto em que o Padre José Maria Antunes viveu e trabalhou. Não duvidamos que o estabelecimento da Congregação do Espírito Santo em Portugal tenha sido uma necessidade histórica, decorrente da urgência de ocupação efetiva das colónias, e em particular, de Angola.

Uma tal ocupação teve de resultar das ações militares que visavam a proteção dos vários tipos de comércio, mas também da participação da Igreja Católica na "ação civilizadora". No Relatório de 1861, o Governador-geral da Província afirma ter encontrado o serviço eclesiástico "*em estado lamentável*". [CALHEIROS E MENEZES] Ainda nesse ano um novo bispo chegou a Luanda levando uma promissora equipa adequada para a docência, porém passados quatro meses o franciscano faleceu, vitimado pela febre amarela.

Em 1865, os Capuchinhos desistiram da Missão do Congo, tarefa que a Congregação Espiritana prontamente aceitou. Em 27 de janeiro de 1866 chegaram os primeiros espiritanos a Lisboa: os Padres *Poussot* e *Espitallié*, acompanhados pelo sapateiro senegalês *Billon*. Tomaram o vapor *Lincolnshire* e trinta e sete dias depois, em 14 de março, desembarcaram em Angola.

Em outubro desse mesmo ano, o Padre Espiritano *Charles-Victor Aubert Duparquet* viajou para Mossâmedes, distrito em cujo interior perscrutaria as possibilidades de aí estabelecer um Colégio. Confrontado com dificuldades de vária ordem nessa região do Sudoeste angolano, em breve - junho de 1867 - chegaria a Lisboa para concretizar a instalação de um seminário sedeado no território da Metrópole imperial, que formasse missionários lusófonos. A

importância de missionários "politicamente engajados" viria a tornar-se imprescindível à estratégia colonial portuguesa, designadamente a partir de 1880.

Cabe aqui citarmos as palavras de Leonel Cosme:

> "Só do primeiro tempo em que o adjectivo *colonial* ainda remetia para o étimo latino *colonus* (o que cultiva a terra em lugar do seu dono) se poderia dizer, parafraseando a Bíblia, que *No Princípio era o Verbo*, porque a confiança na Palavra dita e os actos consequentes faziam jus ao pensamento de Santo Agostinho, um milénio antes, de que o tempo é o espaço onde decorrem as coisas. Mas já antes Cícero advertia: *o tempora! O mores!* E como se viu até aos nossos dias, os interesses, as práticas e os costumes, pese embora a primeira Palavra, mudaram o espaço e o tempo, até que…
>
> …por fim, a Palavra transbordou como componente de um vulcão adormecido, que depois entra em erupção: primeiro magma, depois lava. Tal como na natureza humana: primeiro, conformação, resignação, esperança; depois, inconformidade, protesto, luta."
>
> [*in* "A literatura e as guerras em Angola. No Princípio Era o Verbo" - Cultura, Vol. 34 | 2015]

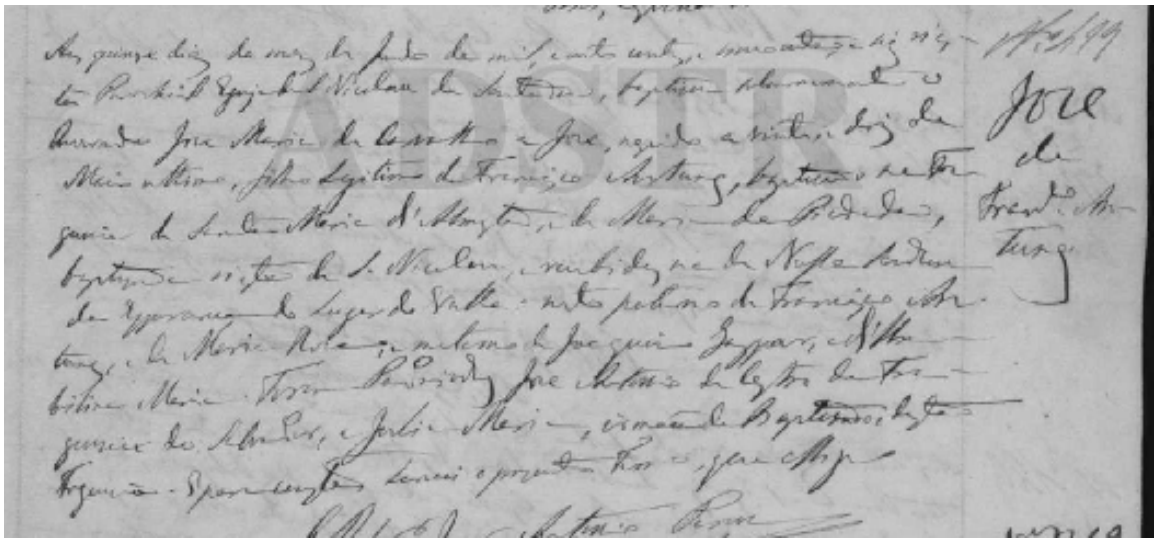
Para lá da especificidade da vocação religiosa de José Maria Antunes, descobre-se-lhe um indelével papel na maturação do processo da colonização de Angola, "zona historiográfica" em que ainda hoje a penumbra esbate os contornos.

Esperamos com esta história de vida contribuir com alguma luz para esse "canto resguardado" da nossa memória coletiva, para conhecimento de angolanos e portugueses.

Que seja livre o uso que cada um faça da descoberta desta peça de emaranhado "*puzzle*". Ainda que as conclusões a tirar possam ser antagónicas, quem somos nós para julgar?

Beja/Alvor, junho de 2021/junho de 2022

PRIMEIRA PARTE



Capítulo 1 – O Batismo

Maria da Piedade caminha, apressada, pelas estreitas ruas de Santarém, dirigindo-se para a Igreja de São Nicolau. Leva ao colo o bebé, com três semanas de nascido. Deu-o à luz do mundo no dia do Corpo de Deus, desse ano de 1856. Vai preocupada, receando a mortífera epidemia de cólera que se espalhou por Portugal. Ao seu lado, saltitante, vai a filha Júlia Maria.

Um pouco atrás, absorto em confusos pensamentos, segue-os seu marido, Francisco. O pároco da freguesia marcou para este dia 15 de junho o batismo do seu filho, a quem dariam o nome de José. Júlia vai radiante, pois será madrinha do seu pequenino mano…

Maria volta o rosto para Francisco, quer dizer-lhe que será um bom augúrio para o filhinho trazê-lo à proteção divina, mas ele está como que ausente, certamente imerso no que os jornais propalam… Ele é o oídio das vinhas, ele é a balbúrdia dos políticos, ele é a juventude do Rei… Maria acha que mais valia se deixasse ele essas perturbantes notícias e se apurasse mais na procura de meios de melhorar a vida da família…

Lembra-se agora do dia do seu casamento, na capela de Nossa Senhora da Esperança, da freguesia do Vale… Desde então, sabe a força que a oração lhe dá, para sobreviver nas adversidades… Lembra-se dos pais, Joaquim Gaspar e Umbelina Maria… Lembra-se dos sogros Francisco Antunes e Maria Rosa… Lembra-se dos levados pelas sezões…

Entre tantas lembranças e pensamentos sombrios, depressa chegam à igreja, de austera fachada, e entram na sua penumbra, fresca e tranquila… Lá dentro, já os esperavam o padrinho José António e o Prior João António Pina, Capelão-Mor.

Capítulo 2 – A infância

Francisco Antunes olha para o filho Zezinho, que brinca no pátio com outras crianças, filhos e filhas das famílias vizinhas. Não consegue deixar de preocupar-se sobre que futuro podem para elas ambicionar. Essa é uma preocupação que a maioria do povo não parece ter, estando mais importada com a sobrevivência de cada dia. "O futuro só a Deus pertence", diziam… Grande parte da população é analfabeta, e os jornais que falam disso - da miséria do Reino - têm de ser lidos em voz alta. Os políticos tinham arranjado maneira de se revezarem nos governos, mas o povo continua na mesma cepa torta. Em Lisboa até tinha havido, no ano em que Zé Maria nascera, uma manifestação de protesto contra o aumento do custo de vida.

Naquele ano, o governo empenhava-se em estabelecer ligações e comunicações. Fora contratada a criação de serviço de carreiras de barcos a vapor entre Lisboa e Luanda. Veio a linha férrea Lisboa-Carregado, inaugurada em dezembro desse ano, e em 1861 foi a vez de abrirem a estação de Santarém. Mas estabilidade política era apenas uma miragem – no espaço de nove anos a Câmara Municipal teve cinco diferentes presidentes e o Governo Civil quatro…

O Rei, em quem o povo tanta esperança depositara, falecera com vinte e quatro anos, quando Zezinho tinha cinco. D. Luiz é um monarca muito diferente do anterior, muito tolerante, ocupando-se mais com as artes e letras do que com os negócios da Nação. Maria da Piedade diz que de flautas e assobios nada de auspicioso se pode esperar. Ela, que trabalha para os padres da paróquia, acredita no que eles dizem do seu menino José – que é muito esperto. Até lhe tinham sugerido que teria possibilidades de seguir um caminho eclesiástico!

Maria diz que os padres têm boa vida, mas Francisco pensa que estes são tempos difíceis para os que vivem da igreja, especialmente para os jesuítas! Em 1834 fora decretada a extinção das ordens religiosas em Portugal. Foram despojadas de grandes patrimónios materiais. Até o papel de proporcionarem ensino escolar às crianças lhes fora obstaculizado. Em meados de 1856, já depois de nascido Zé Maria, o Visconde de Sá da Bandeira decretara livres os escravos das igrejas. Mais recentemente, o próprio acesso dos religiosos à formação superior passara a ser condicionado: em agosto de 1859, fora decretado que

ninguém seria "*admitido à matrícula do primeiro ano do curso teológico em qualquer dos Seminários do Reino e Ilhas, sem que junte certidão de aprovação em algum dos Liceus públicos, nas seguintes disciplinas: instrução primária, latinidade, francês, oratória, história, filosofia racional e moral e elementos de direito natural, elementos de aritmética, álgebra e geometria*".

Nas suas conversas com amigos bem informados, Francisco Antunes tem tomado conhecimento de algumas novidades da condução dos negócios do Reino. Ouvira recentemente dizer que um tal Sebastião Menezes, que tinha sido governador de Angola, propunha ao Rei, num relatório publicado em 1867, uma grande reforma dessa província. Entre muitas medidas, reteve: *a exploração científica, a facilitação da emigração espontânea e da aquisição de terras, a criação de um banco em Luanda, a construção de estradas, uma pauta geral das alfândegas, a proibição da venda de armas e pólvora, uma melhor organização do serviço de saúde, a educação e instrução da população* – admitindo, no entanto, que os padres sejam melhor educados nos seminários de Portugal… [CALHEIROS E MENEZES]

Francisco pondera que na verdade, o Seminário Patriarcal de Santarém era afamado por dar aos alunos uma sólida formação e além disso tem, entre outras, as funções de hospital e aquartelamento, e partilha as instalações com o Liceu Nacional. Francisco Antunes pensa que talvez, apesar de tudo, esse fosse um bom caminho para o filho… Porém, não vendo auspicioso futuro para os sacerdotes em Portugal, imagina que um tal caminho teria de se fazer mundo fora.

Nos últimos dias, vários jornais tinham anunciado para breve a visita a Santarém de um padre francês, da Congregação do Espírito Santo, cujo projecto seria fundar um colégio. As notícias desse propósito geraram algumas expectativas, não só entre os meios eclesiásticos, mas também nos meios populares. O tal padre efectivamente chegara de comboio no dia 1 de outubro.

No dia 6, domingo, ele foi à missa em São Nicolau. No dia seguinte, entregou a Maria da Piedade a sua roupa, para que a lavasse. [*Apud* VIEIRA, G., 2013, *op cit* pp 331-332] Quando a esposa de Francisco devolveu a roupa pronta ao Padre *Duparquet*, levou o Zezinho consigo, não sem que previamente em casa lhe tivesse vivamente recomendado que cumprimentasse o prelado com o maior respeito. O pequeno José Maria, muito irrequieto e "dono do seu nariz", acatou, ainda que relutante, a vontade da mãezinha.

Capítulo 3 – O Primeiro Seminário (1868-1870)

Charles Duparquet espalha sobre a secretária as fichas dos novos alunos. Chegara a Portugal em junho de 1867 e conseguira, a muito custo, abrir o "Seminário do Congo" na velha cidade scalabitana, em 3 de novembro. A Congregação do Espírito Santo instalara-o provisoriamente numa casa de dois pisos, que alugara, na Rua de São Lázaro, perto do Seminário Patriarcal. Pouco tempo depois, vieram a instalar-se no "Palácio da Cerca", na Rua do Provedor.

O Seminário Patriarcal de Santarém acolhera com entusiasmo a criação do Seminário do Congo, tendo inclusivamente ofertado mesas de trabalho e carteiras. Além da devida preparação das instalações, sem demora começaram as plantações, de um pomar e um jardim anexos. *Duparquet* organizara uma pequena biblioteca, composta por uma teologia moral de *Liguori*, uma bíblia de *Carrière* comentada por *Menochius*, um curso de direito canónico de *Croisset*, um evangelho meditado por *Duquesne*, livros litúrgicos de *Levavasseur*, meditações de *Médaille*, a vida de *Vincent de Paul* e a de *Chantal*, dicionários francês-português e português-francês de *Roquette*, uma gramática portuguesa de Constancio, um "Exercício da Via Sacra" e uma "Imitação do Cristo" por *Roquette*, uma tradução do "Jesus Cristo perante o seculo" de *Roselly* por Lopez de Moura, etc.. [*Apud* VIEIRA, G., 2013, *op cit* pp 241-242 e 248]

Os primeiros seminaristas, trazidos de *Langonnet* pelo Padre *Carrie*, eram os franceses *Dissan* e *Ruhle*. *Duparquet* reflete que tendo a população de Santarém acolhido-os com simpatia, entretanto se apercebera que esta não é casa para candidatos a simples sacerdotes, mas para candidatos a sacerdotes para as exigentes tarefas das missões. É sabido que os jovens são muito apegados aos seus pais e dificilmente se afastam deles, é sabido ainda que existe sobretudo muito medo da África, do seu clima mortífero ou pelo menos insalubre. Como agravante, as pessoas têm muito má impressão dessas terras - as colónias de Angola e Congo são consideradas lugares de degredo para os grandes criminosos. Apesar de tudo isso os pedidos de admissão ao seminário no início rapidamente apareceram.

Entre quatro dezenas e meia de pedidos, *Duparquet* admitira apenas doze, devido às limitações de espaço da casa. Os candidatos frequentavam aulas no liceu, e ao examiná-los, ficara-lhe mentalmente destacado um, pelas qualidades

de inteligência e carácter [COSTA, 1970] - o pequeno Antunes, de doze anos, filho da lavadeira da paróquia de São Nicolau. Um dos docentes do Seminário de Santarém, o insigne eclesiástico Ferrão Martens [que viria em 1869 a ser Vigário-Geral dessa instituição] conhecera, por intermédio do pároco daquela freguesia, a família do seu homónimo José Maria, e também ele lhe reconhecia boas qualidades de aluno. Apesar de o jovem Antunes se distinguir entre os condiscípulos, *Duparquet* achou-o "*um pouco pretensioso e inclinado a contradizer*". [*Apud* VIEIRA, G., 2013]

O ensino ministrado no Seminário do Congo abrangia aspectos de disciplina moral e religiosa, como a modéstia, a correcção dos defeitos de carácter e temperamento, a assimilação do espírito de renúncia e de desapego pelas coisas agradáveis, da coragem e da generosidade para suportar as coisas dolorosas, da fé e piedade, do espírito de submissão e obediência, de justiça e simplicidade, de confiança e entrega em respeito aos superiores, do espírito de caridade e de união, de família, de apoio e condescendência em relação aos colegas, do espírito de zelo e devoção pela salvação e santificação das almas. [*Apud* VIEIRA, G., 2013] Para maior consistência dos estudos, *Duparquet* enriquecera a biblioteca com importantes livros de teologia: salamantinos, *Lacroix*, *Gotti*, *Gavantus* e *Lohner*. [*Apud* VIEIRA, G., 2013, *op cit* pág. 484]

Neste final do mês de outubro de 1868, tendo já sido substituído nas funções de Diretor do Seminário pelo suíço P. *Joseph Eigenmann*, *Duparquet* trabalha na elaboração do balanço anual e prepara a sua partida de Santarém. Habituara-se à itinerância própria da missão do Espírito Santo, assumindo entusiasticamente todas as tarefas que o Conselho Geral da Congregação lhe atribuíra, ainda que algumas tivessem sido espinhosas. Na verdade, o coração normando de *Duparquet* dava-lhe um temperamento ardente e aventuroso, não vocacionado para sedentarismos. Lera com entusiasmo, numa publicação da Sociedade de Geografia de Londres, citada pelos Anais Marítimos portugueses, o relato da viagem feita em 1851 por *Francis Galton* [primo de *Charles Darwin*], em que recomenda as terras de Ovampo como sendo "muito próprias para o trabalho dos missionários". No entanto, as terras de influência portuguesa eram as suas favoritas – tinha legado à Congregação a sua fortuna pessoal na condição de que

fosse utilizada prioritariamente nas missões a realizar na colónia africana ocidental de Portugal: Angola e Congo.

Recorda a breve passagem por Capangombe, onde percebera a necessidade de que a missionação de Angola deveria ser feita preferencialmente por padres portugueses. Entre os objectivos da sua missão estava a evangelização dos escravos, cujo número aumentava a par da prosperidade da colónia. Calculando que em Mossâmedes havia *milhares* dessas "*pobres almas*", *Duparquet* considerava que salvá-los era uma das *obras* "*favoritas*" da Congregação. De facto, *Libermann*, que fora o Superior geral da Congregação até 1852, vincara bem a premente necessidade de não perder tempo para evangelizar os africanos: "*Os funcionários dos governos provêm na sua maioria, da escória da Europa e são inimigos da Igreja. Se chegam a introduzir-se no meio dessa gente, pode ser que contribuam um pouco para aliviar as suas misérias corporais, mas acabarão por levar as suas almas à ruína... Se chegarmos tarde demais, estes povos perder-se-ão para o erro e para a depravação dos costumes*". [NEIVA, 2002]

A táctica da Congregação passava pois por evangelizar o máximo de negros resgatados ao comércio de escravos, fazendo deles nascer uma nova sociedade cristã. Nos relatos do pioneiro Bernardino José Brochado, *circa* 1850, contava-se que os nativos da região do interior de Mossâmedes - que este afirmara estimar serem no total 664.900 habitantes – não praticavam qualquer espécie de religião. [*Apud* VIEIRA, G., 2013]

Charles Duparquet recorda que a sua "intromissão" pelo Distrito de Mossâmedes tinha então provocado uma tempestade no próprio Parlamento em Lisboa, devida principalmente ao simples facto de ser estrangeiro. Na Câmara dos Deputados já tinham ocorrido, em fevereiro e março de 1866, uma interpelação e um longo e aceso debate sobre o envio pela '*Propaganda Fide*' dos missionários espiritanos para o Congo. Não obstante os inflamados discursos então proferidos, nenhum deputado exigiu a sua expulsão...

Ainda fresca na sua memória estava a partida de Mossâmedes, em vésperas do Natal de 66, montado num boi, numa caravana constituída por cerca de setenta pessoas, das quais doze eram carregadores e alguns soldados quase

descalços. Certo é que as maravilhas extasiantes que então conhecera nas Terras Altas da Huíla ficaram para sempre gravadas no seu espírito propenso a descobertas. Essas lembranças geravam-lhe um leve sorriso amargo, pois saíra adoentado de Capangombe, em abril de 1867, sob a suspeita de ser espião francês por intriga do cura Alviz e que fora o singelo pretexto para "*uma pequena perseguição*"…

Agora, deseja regressar a Mossâmedes o mais breve possível, para aí abrir o tão necessário e desejado colégio, objectivo disputado também pelos jesuítas. A conjugação da instabilidade política dos governos portugueses com a complexidade das relações diplomáticas com a Santa Sé e com a *Propaganda Fide* resultava em sucessivas demoras e vacilações no processo de acordo para autorização desse estabelecimento. *Duparquet* tem desse projecto uma visão estratégica, com várias vertentes além da de colégio, seja como local de recuperação de missionários doentes, seja como base de penetração do vasto território interior. Porém, na verdade, a sua natureza simples, pouco dada a etiquetas, cerimoniais e convenções sociais, fá-lo sentir-se à vontade perante os povos indígenas, preferindo viver entre eles, a estabelecer-se naquela vila do litoral, que dispõe de comodidades "europeias". [Nota do Autor: Principalmente devido à falta de acordo com os missionários espiritanos sedeados em Ambriz, o que implicou o arrastamento do processo ao longo do primeiro semestre de 1869, a obra de Moçâmedes não será levada a cabo. Dando por esgotada a finalidade de continuar em Portugal, *Duparquet* viria a deixar Santarém em 6 de agosto de 1869.]

Capítulo 4 – Gibraltar (1870-1872)

José Maria Antunes, agora com catorze anos, ainda não percebe com clareza porque deixaram Santarém. Consciente de que começava uma nova etapa da sua vida, não tem nostalgia pela cidade scalabitana, mas não esquece os meninos da vizinhança e os colegas do liceu. No entanto sabe muito bem o que ao partir, o Padre *Eigenmann* dissera: "*lá somos amados e estimados e a nossa casa tem uma excelente reputação. Os alunos fazem boa impressão no liceu e no seminário. O reitor do liceu louvou-os como verdadeiros modelos pela sua boa conduta na capela e no seminário.*" Não sabia José que o Diretor relatara superiormente que "*o esforço dispendido nesta obra em Portugal durante três anos mostra que não se conseguiu o resultado que se esperava tanto quanto ao pequeno número de vocações que apareceram e à sua pouca solidez, como por causa do ensino laicista dos liceus a que se era obrigado a mandar os alunos para os exames e graus necessários e enfim por causa da circunscrição militar que ameaçava tomar os jovens que formamos e por causa de outras dificuldades por parte do Governo*"... A Congregação visava então deixar a missão do Congo, perspetivando investir doravante os seus esforços para o Cabo da Boa Esperança.

Em 27 de julho, de Santarém tinham partido apenas seis: com Antunes vinham *Jean Ruhle*, Policarpo, Mendes, Francisco e Paulo. Durante a viagem, ouviram os marinheiros falar da conclusão de uma grande proeza, no outro extremo do Mediterrâneo: a obra do canal de Suez, recentemente inaugurado. O jovem Antunes não se importaria de continuar a viagem para aquelas misteriosas paragens... Mas as aventuras não fazem parte da sua vida. Desde que ingressara no seminário, o seu destino é traçado pelos mestres e pela Congregação. Agora defrontavam este feioso rochedo, e José Maria não evitou um pensamento irreverente, de que Hércules bem podia ter arrasado esta coluna...

Em Espanha grassara uma perseguição, que entre outros efeitos levara ao encerramento dos colégios dirigidos por religiosos. Em Gibraltar, o Colégio de São Bernardo ainda era novo - tinha sido instalado há apenas quatro anos, na montanha homónima. Com capacidade para sessenta alunos, compunha-se de cinco construções diferentes separadas por pátios e jardins, em terraços

sobrepostos. No cimo ficava a capela, dedicada a Nossa Senhora da Europa. Depois da má impressão à chegada, José Maria aprecia agora a beleza do local e o clima ameno. O que José não aprecia é a arrogância da maioria dos alunos do Colégio, alguns pertencentes à aristocracia espanhola, alguns são de famílias ricas de comerciantes. Quase todos estão principalmente interessados apenas em aprender inglês. Uns querem seguir o curso comercial, outros querem ir para a marinha. São muito indisciplinados.

Antunes pouco tempo teve de os aturar: em março de 72 a "Casa Mãe" decidiu deixar Gibraltar. O Boletim Geral da Congregação apresentou a justificação: "(…) *O que se temia veio mesmo a acontecer. Segundo as cartas do P. Eigenmann, o número dos alunos, já pouco considerável no passado, diminuiu ainda mais este ano e são poucas as esperanças de que as coisas venham a mudar. A própria população de Gibraltar, pouco numerosa e em grande parte formada por militares, não pode fornecer muitos elementos para o colégio. Pensava-se, que,* (…) *viria a ter um bom número de alunos de Espanha, devido à supressão das ordens religiosas neste país e das suas casas de educação. Mas, depois de ter destruído os institutos religiosos e de lhes ser retirada a liberdade de fundar novas casas, o Governo espanhol apressou-se a dá-la a todos os outros cidadãos. Como consequência destas novas leis sobre as liberdades do ensino, foram criadas em toda a parte novas instituições que disputam os alunos e assim quase se extinguiu a fonte com que se tinha contado para o colégio de S. Bernardo. Neste novo estado de coisas, a obra de Gibraltar deixou de reunir as condições com que a tínhamos aceitado* (…)" [CHARRIER, 2005]

Capítulo 5 – Langonnet (1872-1878)

Tendo feito escalas em *Cádis* e Lisboa, os Espiritanos partidos de Gibraltar chegam ao porto francês de *Havre* em 8 de abril de 1872. José Maria ainda não completara dezasseis anos.

O destino era uma velha abadia medieval em *Langonnet*, na Bretanha, em que desde 1857 a Congregação mantinha um seminário, um colégio livre e uma colónia agrícola. Em 1870, tinha sido lá, a mais de cem léguas, que os escolásticos de *Chevilly*, deixando livros e arquivos enterrados na cerca do seminário, se refugiaram da guerra franco-prussiana. Lá ouviu contar sobre o cerco à capital francesa, que durara quatro meses, em que morrera muita gente de fome. Depois da Comuna de Paris, seguiram-se mais sangrentos combates e execuções, tendo morrido cerca de dez mil pessoas. Nesses terríveis tempos, *Morbihan* era um recôndito periférico…

Antunes recebera em *Langonnet* a notícia de que José Maria Ferrão Martens, que tinha conhecido em Santarém, fora [em 1874] investido no cargo de Superior do Real Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache de Bonjardim e que contratara a sua querida irmã Júlia Maria para auxiliar pessoal.

Naquele ambiente de grossas paredes, austero e recatado, José Maria encontra paz para estudar, concentrando-se nas matérias teológicas, continuando, porém, a manter o seu entusiasmo pelas ciências. Os mestres querem que se aperfeiçoe na língua portuguesa, pois desejam que depois venha ser de grande utilidade no Colégio de Braga. Concluiu os cursos de humanidades, de Filosofia e de Teologia.

Entre as obrigações litúrgicas e as meditações no claustro, José Maria percorre avidamente as obras existentes na biblioteca. Livros em francês antigo e latim, tudo atrai a sua atenção e afincado estudo.

É neste escolasticado que a sua personalidade se vai formando e que nela se consolida o espírito missionário, sob a consigna espiritana "*Cor unum, anima una*". "'*La mission des Spiritains réside dans 'l'évangélisation des pauvres, en allant donc plus spécialement vers les peuples, les groupes et les personnes qui n'ont pas encore entendu le message évangélique ou qui l'ont à peine entendu, vers ceux dont les besoins sont les plus grands et vers les opprimés.'*".

Capítulo 6 – Chevilly (1878-1879)

O *Séminaire des Missions* da Congregação em *Chevilly* tinha sido aberto em 1864 e era então dirigido pelo Padre *Schwindenhammer*. José Maria Antunes aí completa o noviciado, isto é, o tempo de formação espiritual e discernimento antes de ser considerado formalmente membro da Congregação.

Além da Filosofia, da Teologia e da Santa Escritura, os futuros espiritanos ali aprendem ofícios - de ferreiro, agricultor, carpinteiro, pedreiro ou canalizador. José Maria aproveita os escassos tempos livres para cuidar de uma pequena horta experimental…

Aguardando o seu regresso a Portugal, onde começaria a pôr em prática tudo o que aprendera em França, o Padre José Maria Antunes recorda agora a sua ordenação, aos vinte e dois anos, em dezembro de 78, em que solenemente prometeu desempenhar com diligência as funções do sacerdócio, obedecendo aos seus superiores religiosos e respeitando-os. Ainda lhe ressoava na memória aquele momento quando prostrado diante do altar, ouvia a harmoniosa Ladainha. Recorda os singelos paramentos e a primeira celebração da Eucaristia.

Capítulo 7 – Braga (1879-1881)

Depois de se ter recuperado da febre tifóide, o Padre *Eigenmann* procurou, por todas as formas, no meio da hostilidade antirreligiosa dos governantes no poder, conseguir obter alguma receptividade para a refundação da obra espiritana em Portugal, iniciada em 1867, em Santarém. Percebendo que o povo do Norte era muito religioso, o teólogo *Eigenmann* acabara por optar pela cidade de Braga, na altura com cerca de trinta mil habitantes, e onde as vocações eclesiásticas eram ainda numerosas.

A última vez que Antunes o vira fora em março de 1872, quando ele ficara em Lisboa na escala da viagem, idos de Cádis a caminho do Havre. Agora era Diretor do Colégio do Espírito Santo, que rapidamente se tinha tornado num dos melhores do País. O reencontro com o poliglota Padre *Eigenmann* fora amistoso - ambos prezavam mutuamente as respectivas qualidades.

Nesse ano de 1879, José Maria Antunes sente-se honrado por ter sido chamado para ensinar Ciências Naturais – sempre fora um apaixonado por meteorologia, geologia, botânica e zoologia. O Colégio contava então mais de duzentos alunos: cento e cinquenta e oito internos e cinquenta e oito externos.

Entre as inúmeras azáfamas que o Diretor diariamente tem, ainda se preocupa com a necessidade de escolher uma indumentária discreta para os espiritanos, adequada aos rigores térmicos de Braga e suficientemente distinta da dos jesuítas, para evitar as confusões e os impropérios maçónicos…

Antunes não imagina que dentro de dois anos estará muito distante dali…

Em abril-maio de 1879, a 'Propaganda Fide' cria a Prefeitura da Cimbebásia, incumbindo-a ao Padre *Duparquet*. Além de terras reclamadas por Portugal, essa vasta área abrangia domínios da Inglaterra, pelo que a sua presença naquelas paragens foi então vista com renovada desconfiança. *Duparquet* foi mesmo considerado suspeito de ser um "agente estrangeiro", sendo visado por cautelas secamente expressas: "*Sigamos o padre francês de sorte que aonde ele puser uma missão ponhamos nós uma fortaleza e um chefe militar, para compelir a que as missões falem e ensinem o português em primeiro lugar*"… [*Apud* AZEVEDO, 2014]

Duparquet tinha relatado detalhadamente as suas expedições nesse extenso território, iniciadas em 1866, descrevendo-lhe as características geográficas e climáticas e pormenorizando as localidades, culturas e organizações das respectivas populações. A Sociedade Parisiense de Geografia publicou as suas cartas no respectivo Boletim, em 1879, o que para os europeus terá sido a primeira fonte de conhecimento sobre essas paragens do interior de Angola e Damaralândia. [DURAND] Nesse ano já surgiam em Portugal projectos para criação de empreendimentos coloniais, como um de Joaquim da Graça.

Em dezembro do ano seguinte *Duparquet* enviaria ao Ministro do Ultramar português [Januário Correia de Almeida], um longo memorando, propondo algo que seria marcante para o futuro do sul de Angola:

"*Cidade do Cabo, 15 de dezembro de 1880.*

Acabo de receber há poucas semanas, em Dâmara, a comunicação de um projeto do senhor Ferreira d'Almeida, governador de Mossâmedes, que considero extremamente importante, seja para a evangelização das tribos indígenas desta província, seja para o sucesso das Missões que neste momento fundo na margem esquerda do Cunene.

Como eu próprio persigo este projeto há muito tempo, esta coincidência de pontos de vista oferece-me hoje a feliz oportunidade de o submeter a Vossa Excelência para exame e para pedir autorização, se, como espero, as razões que militam a seu favor possam ser apreciadas favoravelmente.

Aqui está o trecho da carta do Sr. Fernando Pedroso, relativa a esta questão e comunicada no dia 11 de junho último ao Superior Geral dos Missionários do Espírito Santo, por meio do Sr. d'Andrade, ex-membro da embaixada de Portugal em Paris:

"O governador de Mossâmedes, Ferreira d´Almeida, escreveu "O Sr. Fernando Pedroso, na data de 2 de junho, deseja vivamente "ser posto em comunicação, por meio do Superior Geral da Congregação do Espírito Santo, com o Reverendo Padre Duparquet, missionário dessa Congregação. Ele gostaria de ter esses Missionários em Mossâmedes. Eles podem contar com toda a sua proteção"".

Obviamente, dois pensamentos parecem emergir desta carta, o primeiro de estabelecer relações de bom entendimento entre os Missionários Católicos de Ovampo e a colónia de Mossâmedes, o segundo de fundar no território da própria colónia, uma casa dos mesmos Missionários, que embora servisse para garantir essas boas relações, seria ao mesmo tempo de inegável utilidade tanto para a Missão como para a própria colónia. É para este duplo resultado que me proponho chamar aqui a atenção de Vossa Excelência.

A Prefeitura Apostólica de Cimbebásia foi separada do Vicariato Apostólico das Duas Guinés e erigida como Prefeitura Apostólica separada, por decreto da Santa Sé em 3 de julho de 1879. Inclui um extenso território que se estende desde o rio Cassai até ao rio Orange e que administrativamente está agora dividido em três grandes distritos, destinados a se tornarem posteriormente outras tantas jurisdições eclesiásticas distintas: a dos Bechuanas, a da Cimbebásia propriamente dita e finalmente a do Zambeze ocidental.

É apenas este último distrito o objeto deste relatório. Este distrito do Zambeze ocidental inclui: 1 º o Ovampo na margem sul do Cunene; 2º todo o vale do Zambeze ocidental, entre a margem esquerda do Cunene a oeste, o curso superior do rio Cassai a norte, a margem direita do Zambeze em Teste e o rio Okavango a sul.

Todo este país é fértil, muito povoado e, desde há algum tempo, frequentado por caçadores e mercadores do Cabo que vão para lá pela rota de Shoshong ou pela de Dâmara.

Uma casa comercial da Cidade do Cabo e quatro missões luteranas da Finlândia já estão estabelecidas em Ovampo e monopolizam quase todos os negócios.

Missões americanas, chefiadas pelo Sr. Bagster, acabam também de se estabelecer na parte norte, em direção às fontes do Okavango, e outras Missões protestantes também estão igualmente em vias de formação no Lago Ngami e nas margens do Zambeze.

As Missões Católicas, por sua vez, não ficaram para trás, e enquanto a Santa Sé atribuiu ao apostolado dos Padres Jesuítas da Bélgica o Zambeze

Oriental, reservou aos Missionários do Espírito Santo a parte ocidental desta vasta bacia.

(...) *Com base em todas as informações que reuni no Humbe, acredito que as comunicações de Ovampo para a Europa são infinitamente mais fáceis e menos caras através de Mossâmedes do que através de Walwich-Bay.*

A viagem de Walwich-Bay ao Cunene, de carroção, não pode de facto ser efetuada em menos de 30 a 40 dias aproximadamente; enquanto que de Mossâmedes ao Humbe pode ser feita em 13 dias. Além disso, Walwich-Bay só se comunica com a Cidade do Cabo por meio de uma escuna que faz essa viagem apenas a cada dois meses, enquanto as comunicações de Mossâmedes com a Europa são muito mais fáceis e múltiplas.

Portanto, é evidente que haveria grande economia de tempo e dinheiro trazendo o pessoal das Missões Católicas de Ovampo através de Mossâmedes e Huíla, ao invés da Cidade do Cabo e Walwich-Bay.

O que digo do Ovampo pode aplicar-se com ainda mais razão a todas as missões previstas para o vale ocidental do Zambeze, que, em toda a sua extensão, faz fronteira com a província de Angola.

Isso é perfeitamente compreendido pelas Missões Protestantes Americanas, que acabam de entrar por Benguela e colocam a sua primeira estação no planalto do Bié que domina este imenso vale. Esta posição privilegiada garante-lhes uma relação fácil com o litoral e ao mesmo tempo uma localidade saudável para o seu pessoal.

Para as nossas Missões no Ovampo seria de extrema utilidade um estabelecimento semelhante no planalto da Chela, onde o Governo português acaba de instalar os Bóeres, quer no distrito de Huíla, quer numa das outras pequenas tribos circundantes, como Humpata, Jau, Quihita ou Hay.

Lá, os nossos missionários estariam a apenas 5 dias da costa e a 8 dias de Ovampo. Suas comunicações com a Europa seriam, portanto, perfeitamente asseguradas.

Seria também uma base para o pessoal que chega da Europa, bem como um local de descanso e recuperação para os enfermos e exaustos pelas febres da malária do Ovampo.

Por fim, seria o depósito de alimentos e bens necessários à manutenção e subsistência dos Missionários.

O favor que aqui peço, Senhor Ministro, o Governo português acaba de o conceder às Missões Protestantes Americanas e também o concederá aos ministros calvinistas que acompanharão os Bóeres; também não o recusará, tenho confiança, a uma missão católica e portuguesa, porque posso dar esta dupla qualificação às missões que me proponho estabelecer no vale do Zambeze.

A Missão que neste momento organizo, Senhor Ministro, pode sim remontar a uma dezena de anos e assenta numa obra inteiramente portuguesa.

Em 1866 fui a Mossâmedes e Huíla para iniciar esse grande empreendimento, mas naquela época estava longe de encontrar na administração colonial as disposições benevolentes do atual governo.

Percebi imediatamente que os obstáculos que se apresentavam só poderiam ser removidos com a ajuda de portugueses e a conselho do Sr. Leão Barbosa, que teve a gentileza de me ajudar com seus conselhos e influência, resolvi fundar no próprio Portugal, um seminário destinado a formar missionários portugueses para esta parte de África.

Este estabelecimento, primeiro localizado em Santarém, junto ao seminário patriarcal, com a aprovação de Sua Eminência o Cardeal-Patriarca, entretanto, foi transferido para Braga, onde é conhecido como "Colégio do Espírito Santo".

É hoje uma das primeiras escolas secundárias das províncias do Norte, o que o atesta o número dos seus alunos e os sucessos multiplicados que tem alcançado nos exames do Porto em cada ano.

Desde a sua fundação em 1867, formou excelentes súbditos, já promovidos ao sacerdócio e que almejam o momento em que lhes será concedido dedicar a vida à evangelização da África e especialmente da África portuguesa.

A minha intenção seria, portanto, atribuir, principalmente e de forma especial mas não exclusiva, esta vasta Missão do Zambeze Ocidental e Ovampo aos Missionários deste estabelecimento bracarense, se fosse possível um entendimento a este respeito com o governo português.

Resultaria desta combinação que as Missões Católicas do Zambeze Ocidental e Ovampo seriam na realidade Missões portuguesas, dirigidas por Missionários daquela nação, que estabeleceriam no percurso desta região o predomínio da sua língua materna e assim estenderiam por todo o lado a influência civilizadora da Colónia.

Mas para que a combinação que proponho a Vossa Excelência se concretize, seria necessário que o Governo português nos concedesse a autorização para fundar nos planaltos da Huíla o estabelecimento a que me referi acima (...).

Para que também os Missionários deste estabelecimento se possam tornar verdadeiramente úteis à Missão e à Colónia, proponho constituir esta obra nas seguintes condições:

1ª Para o exercício das funções do Santo Ministério em território português, os Missionários receberiam jurisdição do Bispo de Angola;

2ª Devem obedecer às constituições diocesanas e às ordenanças episcopais;

3ª Pediam ao Bispo de Angola que lhes permitisse evangelizar as tribos vizinhas, vassalos da coroa portuguesa;

4ª Como todos os demais habitantes da colónia, estariam sujeitos às autoridades locais e à legislação do país;

5ª Poderiam abrir um colégio, destinado a proporcionar aos jovens indígenas não só a educação primária e secundária, mas também o ensino das ciências teológicas para aqueles que apresentassem uma verdadeira vocação e as disposições necessárias para o estado eclesiástico;

6ª A este estabelecimento seria anexada uma fazenda agrícola e uma escola vocacional para incutir nos jovens indígenas o amor e a prática do trabalho agrícola, bem como as artes mais necessárias para a vida;

7ª O estabelecimento também estaria aberto a crianças de origem europeia, se os colonos assim o desejassem;

8ª A língua habitual do estabelecimento será o português;

9ª Uma parte significativa do pessoal seria portuguesa;

10ª O superior local da restauração [*sic*] *seria em geral de nacionalidade portuguesa;*

11ª O Governo português concederá a este estabelecimento terrenos suficientes para aí estabelecer a obra nas condições acima indicadas;

12ª A aprovação do Bispo de Angola deve ser solicitada e obtida para os trabalhos previstos, de forma a colocá-la para o futuro, por parte da autoridade diocesana, ao abrigo de qualquer dificuldade que possa surgir, comprometendo o sucesso e a estabilidade.

Nessas condições, Senhor Ministro, parece-me que um estabelecimento parcelado não seria inútil para a própria colónia e resultaria de fato em:

1º Para apresentar o benefício da civilização cristã entre as tribos vizinhas;

2º Proporcionar aos filhos dos colonos europeus deste distrito os meios de ensino que atualmente carecem completamente;

3º Promover a formação de um clero católico indígena, obra cuja necessidade se faz sentir mais do que nunca nesta colónia, invadida por todos os lados por seitas protestantes;

4º Expandir e fortalecer a influência portuguesa cada vez mais em todo o vale do Zambeze ocidental;

5º Multiplicar e facilitar as relações da colónia com as tribos ao sul do rio Cunene.

Neste momento, Senhor Ministro, o Governo português está a abrir as portas das suas colónias africanas por todos os lados às Missões Protestantes Inglesas e Americanas: no Zambeze, são as Missões de Shire e Niassa, no Congo, as Missões Inglesas de Livingstone no Interior e as Missões Batistas de San

Salvador; no Bié e nas áreas circundantes, as Missões Americanas; em Ovampo, as Missões Luteranas, e logo em Huíla, as Missões Calvinistas da Cidade do Cabo, que acompanharão os Bóeres.

Face a toda esta propaganda protestante e estrangeira, seriam os missionários católicos e portugueses os únicos a ser expulsos do seu próprio país?

Seria difícil entender; por isso é com confiança, Senhor Ministro, mesmo quase com certeza de ver o meu pedido recebido favoravelmente, que humildemente peço a Vossa Excelência a autorização dos trabalhos que acabo de expor.

Ficaria feliz se Vossa Excelência me informasse sobre sua decisão, seja ela qual for, em breve. Como, de facto, indiquei acima, já iniciei duas estações em Ovampo que já não posso suspender. Devo, portanto, tomar uma decisão relativa à escolha dos Missionários destinados a essas obras, bem como ao itinerário que eles devem seguir para chegar a essas novas estações, seja pela Cidade do Cabo e Walwich-Bay, ou por Mossâmedes e Huíla, questões que não posso resolver sem saber a resposta de Vossa Excelência.

Aceite a expressão de profundo respeito com que tenho a honra de ser, Sr. Ministro, de Vossa Excelência o servo mais humilde e obediente,

Ch. Duparquet, V. Prefet Apost. de Cimbebasie." [BRÁSIO, 1968]

Não obstante, logo em meados de janeiro o Padre *Eigenmann* viria a manifestar reticências à "Casa-Mãe", sentindo-se muito pressionado pela iniciativa de *Duparquet*, golpe de força que na prática pôs em marcha o projeto das missões espiritanas em Angola. *Charles-Victor Aubert Duparquet* já anteriormente granjeara entre os seus Superiores da Congregação a fama de "fogoso empreendedor". A sua "incómoda" insistência junto da "Casa-Mãe" sobre Mossâmedes [em 1868-9] precipitara-lhe o afastamento do seminário de Santarém. Na verdade, era em qualquer ponto de África que *Duparquet* desejava terminar os seus dias.

Eigenmann via grandes limitações para dispensar efetivos para uma Missão na Huíla. Em Braga estavam reduzidos a dois padres e quatro irmãos

professos. Os professores, entre os quais o próprio Diretor e Antunes se contavam, eram apenas cinco. Tinha pois sérias dúvidas de que houvesse condições para avançar. Para ele, apesar de ser bem jovem, o Padre Antunes era muito útil em Braga.

Sentindo-se "entre a espada e a parede", *Eigenmann* no entanto reconhecia que "*a Divina Providência vai a direito por linhas curvas*"... Pouco a pouco se tornava mais real a possibilidade de "perder" o Padre Antunes – teria de aceitar esse facto como um "mal menor"... O Governo português exigia que o Diretor da futura Missão da Huíla fosse um português.

O contexto político em Portugal era então dominado pelo receio de perder as colónias, o que apenas o "elemento religioso" poderia evitar. Apesar das pretensões dos outros países imperiais em África, ainda se alimentava um sonho que viria a ser apresentado num "mapa cor-de-rosa"... O Governo estava decidido a disponibilizar todas as condições materiais necessárias para que os missionários avançassem para Angola, como agentes da presença lusa.

Devido à opinião pública portuguesa, ainda sensibilizada pelas campanhas anti-religiosas, o Governo dispunha-se até a "disfarçar" o acordo com a Congregação Espiritana, como se fosse uma espécie de "contrato de investimento" com um mero cidadão particular, fosse no caso o próprio *Charles Aubert Duparquet*, que persistentemente tinha "puxado todos os cordelinhos" ou, certamente melhor, com outro, português.

Na verdade, *Duparquet* estava convicto de que o seu memorando para o Ministro tinha sido a peça fundamental. "*Foi aprovado na totalidade pelo Governo português, que o considerou tão completo, correto, tão razoável, que se disse que um português não poderia ter feito melhor. Esse memorando foi aprovado pelo Ministro e por todas as Comissões e os 12 artigos que o resumem, aprovado de forma especial* (...)." [BRÁSIO, 1968]

Em consequência da premente e urgente oportunidade, acabou por ser decidido em Braga, em princípios do mês de fevereiro de 1881, que a escolha teria de recair sobre o escalabitano José Maria... Alinhavado o acordo, faltava materializá-lo legalmente. *Duparquet* não demorou a fazer chegar ao missionário

escolhido as informações mais frescas sobre a situação no terreno, para que assumisse a decididamente a liderança, pois impunha-se uma rápida solução.

José Maria Ferrão Martens, Bispo de Bragança e Miranda, como Presidente da Comissão das Missões, organismo de estudos e consultadoria do Ministério do Ultramar, em 8 de Maio de 1881 escreve ao Padre Antunes uma carinhosa carta, comunicando-lhe:

"*Escrevo-lhe esta carta no interesse da religião, para informar que os espíritos aqui estão totalmente dispostos a aceitar os bons ofícios dos RRs. PP. da Congregação do Espírito Santo e do Santo Coração de Maria nas Missões no território do Padroado português, sob a única condição de obediência às autoridades diocesanas, dependência da sua jurisdição e da situação das referidas Missões no território considerada como pertencendo legitimamente ao real patrocínio português.*

É nesse sentido que se pronuncia a Comissão de Missões Ultramarinas junto do Ministério da Marinha, e a proposição foi acolhida favoravelmente pela Direção-Geral das Colónias e pelo atual Ministro [Júlio de Vilhena]*, como já o havia sido pelo seu antecessor. Para o efeito, foram enviadas instruções ao nosso embaixador na Santa Sé.*

A minha presente comunicação é uma manifestação piedosa do nosso mútuo espírito religioso, que nos faz desejar dedicar-nos à propagação da nossa santa fé e ao serviço da nossa pátria; por isso, é simplesmente pessoal.

Como o desenrolar deste caso parece-me de grande interesse para a glória do Santo Nome de Deus, o bem das almas, das nossas Missões portuguesas, bem como da venerável Congregação do Espírito Santo, de que sois digno membro, assim como sois um bom e patriota filho de Portugal, creio que juntos podemos alegrar-nos no Senhor, objecto de todos os nossos esforços religiosos.

(…) *Não poderia ser mais agradável comunicar-vos esta boa nova, meu irmão Antunes, irmão em N. S. Jesus Cristo, tanto mais que os nossos corações estão unidos pelo mais ardente desejo de se dedicarem ao serviço de Deus nas Missões para estender o reino de sua santa fé.* (…)" [BRÁSIO, 1968]

Antunes prepara-se para a missão que lhe estava sendo traçada, lendo "*... sobre alguns pontos mais importantes da moral religiosa e systema de jurisprudencia dos pretos do continente da Africa Occidental Portugueza alem do Equador...*", em memórias de António Gil, publicadas em 1854, e "*A raça negra sob o ponto de vista da civilização da Africa. Usos e costumes de alguns povos gentílicos do interior de Mossamedes*", do sertanejo António Francisco Nogueira, recentemente publicado. Neste livro, esse membro da Sociedade de Geografia de Lisboa, invocando a sua experiência de vinte e cinco anos de África, diz:

"(...) *O melhor método de ensinar os indígenas d'África, mesmo em matéria de religião, é dar-lhes bons exemplos, em vez de grandes definições dogmáticas, e convencê-los mais pelas obras do que pelas palavras. O argumento dos factos convence a toda a gente, mesmo aos selvagens. Se nós lhes mostrarmos, se lhes fizermos sentir que a nossa civilização tem vantagens reais sobre o estado em que eles se acham, e que lhes é possivel alcançá-las; se, pelo gozo da paz lhes mostrarmos o desastroso da guerra; se pelos benefícios do trabalho os convencermos dos inconvenientes da ociosidade, eles acreditarão mais em nós, isto é, nestes factos, do que na nossa eloquência por mais sublime que esta seja, e quer seja profana ou sagrada.*"

(...) *"Se formos bons e justos para com os Negros, se formos benévolos para com a sua ignorância, se lhes formos úteis, em vez de prejudiciais, eles virão a nós sem receio e antes com confiança e boa vontade. Se lhes dermos bons exemplos eles os seguirão de bom grado.*"

"(...) *queria que esses missionários fossem exemplo das virtudes que ensinassem, e não falsos apóstolos de doutrinas que desacreditassem com os seus actos. Ora destes missionários não vejo eu no nosso país, nem os vi nunca em África.* (...) *nós já tivemos missionários em Angola, e o resultado que deram ali com relação à civilização e à moralidade daqueles povos foi quase nulo.* (...) *De tudo o que fizeram, prégaram e ensinaram os missionários capuchinhos em Angola, o que é que ficou, ou qual foi o fruto principal? Uns rudimentos de ensino primário.*"

"*Para se tornar mais urgente a necessidade do missionário, e por ela a da readmissão das ordens religiosas, alega-se a extrema dissolução dos costumes dos povos gentílicos, e descreve-se mesmo Luanda como mergulhada nos vícios mais hediondos. Os costumes dos povos a que se alude, sem serem tão depravados como se diz, e pelo contrário havendo neles mais inocência do que verdadeira perversão moral, oferecem, contudo, grandes manchas, de que convem expurgá-los, mas devemos lembrar-nos que não é de repente, nem violentamente que essas modificações se operam. Com missionários ou sem eles não vamos nós aperfeiçoar de mais. Não vamos a título de os morigerarmos levarmos a correcção demasiado longe como tem acontecido em outras partes.*"

José Maria já ansia pelo dia da partida. O paquete para Angola larga de Lisboa no dia 5 de cada mês…

SEGUNDA PARTE – Angola (1881-1904)



[AHU]

“FALA DO NAMECULUNGO

Venho de terras longas, distantes,
onde abundam imbondeiros gigantes,
onde guardam mistério os elefantes,
se lá fordes, lá podeis encontrar-me…
Não temais a solidão da procura, nos dias quentes.
Aqui, os tempos são eternos, para jornadas longas…
Chegados, logo vereis que o tempo vos sobrará…
Perto do grande rio do Sul, num oco tronco,
da noite fria me abrigo, aí me encontro…
Compreendereis então que sou sobrinho da velha Gagula de Sabá…

Oh! Incrédula gente!
Gente sem fé!
Vinde, como Duparquet veio;
caminhai comigo ao longo das areias do Cunene, descalços,
até onde as grandes águas se estreitam entre rochas,
e aí repousai, meditando…
Aguardai, em silêncio,
pelo ocre do ocaso, pela vertigem das cores…
Ouvi o distante batuque dos vossos corações…

Oh! Ventos do Kalahari!
Do leste soprai,
soltando estalidos bosquímanes dos desérticos arbustos;
À ímpia gente dizei
que aqui, entre os sons de Epupa e Ruacaná
tem a Humanidade o seu berço!

Suku Yanguê!

Eu, que mukuaukula do Nameculungo me fiz,
sei em que pedra da margem repousou,
aguardando o tempo certo,
o Espírito do Filho do Homem.
E quando era feito esse tempo,
sei que para o Iona subiu,
e que em Capangombe de novo descansou,
antes de pelo Bruco ao Paraíso ascender:
porque o belo planalto elegeu
como o lugar certo para reencarnar.
Como filho da Huíla – como nosso irmão,
segue traçando o seu destino, para alegria dos que o amam!

SUKU YANGUÊ!"

[*Zé Kahango, in* blogue Angola Profunda, 2012]

Capítulo 8 – A bem-sucedida "súplica" ao Rei D. Luís

"*Senhor.*

"*Diz José Maria Antunes português, sacerdote do Patriarcado, residente em Braga, onde exerce o professorado no ensino secundário particular, cadeira de Introdução à história natural, que, parecendo-lhe ser chamado por Deus ao serviço das Missões, e havendo estudado as que mais carecem de ser providas de pessoal, e ao mesmo tempo, as que mais favorecerão a aclimatação de quem tenha sido estranho aos climas africanos, havido o concurso de alguns companheiros nos mesmos desejos de serviço das Missões e de alguns auxílios particulares, confiado mais na caridade cristã e no zelo pelo bem das almas, pretende o suplicante ir estabelecer uma missão no sertão de Moçâmedes.*

"*E ouvindo agora as narrações do estabelecimento dos Bóeres nesse sertão em território salubre e produtivo, parece ao suplicante tamanho serviço de Deus como da Pátria, escolher aquele mesmo sítio para pastoreamento e educação civilizadora, tanto dos indígenas como dos colonos que existem e que se estabeleçam no mesmo sítio.*

"*Sabe também o suplicante poder prestar um grande serviço ao país, porquanto tem informações precisas de como os Bóeres, perfeitamente e com reconhecimento aceitarão para os filhos a escola regida por Missionários católicos, uma vez que sejam respeitadas as suas crenças. O suplicante e os seus auxiliares estão dispostos a entrar franca e lealmente neste caminho, que, se não conduz imediatamente à conversão daqueles laboriosos colonos, é, em todo o caso, um grande passo para a sua real nacionalização, sendo bem de ver que os discípulos, feitos homens, hão-de naturalmente respeitar e amar os seus mestres, que para eles serão como enviados e protetores de Portugal.*

"*Escusa o suplicante de encarecer a importância da sua obra, reunindo ela os esforços particulares de pessoal e dinheiro à proteção eficaz que o Governo de V. M. certìssimamente lhe dispensará, aspira o suplicante, para dotar esta região colonial de uma missão modelo, e para isso resume, nos artigos seguintes as condições com que a sua proposta deverá ser bem aceita de Vossa Majestade.*